

Índice

Feitos para os vínculos.....	1
Direitos humanos “desencarnados”	2
“Estrategias de poder”	3
“Menos tech y más Platón”	4

Feitos para os vínculos

A felicidade conjugal não é viver como solteiros no casamento, mas descobrir o valor da interdependência amorosa.

Contra o chavão, defendido por alguns investigadores, de que casar-se é a desgraça para as mulheres, Scott Yenor [explica](#) em “Public Discourse” (31.7.2019) os motivos porque “o casamento responde a uma profunda necessidade humana de amor e comunidade”, e constitui uma fonte de felicidade.

É óbvio que casar-se não é a única maneira de responder a essa necessidade de afeto: os laços familiares e de amizade são igualmente importantes. Mas o que parece uma fuga em frente, é negar que necessitamos da relação com os outros; ou promover uma visão de confronto da autonomia e da intimidade, em que esta deve sacrificar-se para não se perder a preciosa liberdade.

Já Aristóteles defendia que “o homem é um ser social por natureza”. E Scott Hahn expressa-o assim no seu livro “The First Society”: “Uma sociedade na qual não se constroam relações de amizade sólidas e com base no amor enfraquece-se. Uma sociedade em que não se constroam relações laborais baseadas na confiança empobrece-se. E uma sociedade em que não se constroam casamentos caminha para a extinção”.

Yenor lamenta que as opções “politicamente corretas” sejam ou ficar solteiro, ou transformar o casamento de modo que as mulheres possam viver independentes e solteiras... no casa-

mento. Nomeadamente, faz a crítica das propostas que Jessie Bernard defendia já em 1982 em “The Future of Marriage”. Segundo Yenor, para os que pensam como Bernard, qualquer problema que o casamento venha a trazer às mulheres, resolve-se encorajando-as a atuarem e pensarem mais como solteiras. O autor conclui que ver no casamento um campo de autonomia para o homem e de submissão para a mulher é uma das maiores simplificações que podem ser feitas, pois ignora que a dependência presente no casamento tem dois sentidos – cada vez mais se fala de interdependência –, e que é o amor que implica essa dependência mútua de um para outro.

Os solteiros também vivem a interdependência, diz Bella DePaulo, uma das defensoras do [ser-se solteiro como forma de libertação](#). De facto, assim como não gosta do termo *self-partnered*, tão-pouco aprecia, como sinónimos de solteiro, as noções que o conotam com isolamento ou carência: “unmarried”, “alone” e “unattached”. Além disso, depois dos estudos que realizou, defende que as pessoas solteiras se encontram, em geral, mais ligadas a outras, em contraste com os casais – que se isolam quando se casam ou vão viver juntos. Num artigo intitulado “[Mais pessoas do que nunca estão solteiras e isso é algo bom](#)” (“The Conversation”, 24.4.2017) defende que os solteiros são mais propensos a socializar e a ajudar amigos e vizinhos, assim como a apoiar e estar em contacto com a sua família. Também “participam em mais grupos cívicos e eventos nas suas cidades, aderem mais a aulas de arte e música, e saem com maior frequência com outras pessoas (...). Igualmente, estão disponíveis para uma maior colaboração no voluntariado”.

Neste e noutros artigos, parece que DePaulo acrescenta à imagem idílica de Kate Bolick de “solteiro com recursos”, o

bônus de serem pessoas filantrópicas, sublinhando o seu contributo social — e ignorando o que trazem as famílias. Em afirmações assim, dá a sensação de que esquece algo para o que ela própria chama a atenção no seu livro “Singled Out”: os solteiros não são um grupo monolítico. Além da diferença que constitui ser-se solteiro para homens e para mulheres, também difere a vida dos que o são depois de um divórcio, ou após ficarem viúvos, se são ricos ou pobres, jovens ou mais velhos, se vivem juntos ou vivem com outras pessoas e, nas suas próprias palavras: “Estas diferenças têm importância. Alguns solteiros são estigmatizados mais implacavelmente do que outros”.

Ser-se voluntariamente solteiro é algo que existe, mas os dados também mostram um anseio de formar uma família, mesmo que seja um projeto longínquo e não incluído no top 3 de prioridades de um *millennial* — em Espanha, por exemplo, ocupa o quarto lugar das prioridades nos menores de 45 anos, segundo o Barómetro 2020 de The Family Watch. A própria Bolick confessa que a sua defesa de se ser solteiro não é um princípio imutável — ela própria, depois da sua decisão de aderir ao celibato, teve, pelo menos, uma relação.

Por outro lado, o aumento do número de solteiros também se poderia explicar, porque a idade para se casar tem vindo a ser cada vez mais tardia. Encontramo-nos perante celibatos prolongados. Esta mesma demora do “sim, quero” é possível que dificulte dar o passo posteriormente: acostumados a rotinas próprias, a viver sem depender de ninguém e sem que ninguém dependa de um..., o compromisso que exige um casamento pode não ser atrativo.

Sobre os custos e benefícios de atrasar o casamento, Bradford Wilcox, diretor do National Marriage Project da Universidade da Virgínia, elaborou um relatório cujos resultados comentou num artigo no “[The Washington Post](#)”: “Descobrimos que os homens na faixa dos vinte anos tinham maior probabilidade de enfrentar uma depressão e o abuso do álcool se fossem solteiros, em comparação com os seus pares casados. 48 % dos homens solteiros entre os 24 e os 29 anos afirmaram que se embebedavam com frequência, em comparação com 28 % dos casados. Só 35 % dos solteiros confessaram estar ‘altamente satisfeitos’ com as suas vidas, comparando com 52 % dos casados”.

Assim como aumentou o número de solteiros nos últimos anos, também têm vindo a crescer os números que falam de solidão (ver “[Aceprensa](#)”, 23.1.2019 e 29.1.2020). E embora DePaulo insista em que “as pessoas solteiras não são as culpadas da epidemia de solidão”, tão-pouco se pode ignorar que a perda de relações matrimoniais estáveis, é sempre uma carência. Como afirma Mark Regnerus no seu livro “Cheap Sex”, “um país de solteiros associados é, em última instância, mais solitário e muito mais vulnerável do que nos fizeram acreditar”.

L. M. A.

Direitos humanos “desencarnados”

Grégor Puppinck é o diretor-geral do Centro Europeu para a Lei e a Justiça, uma entidade não governamental que se dedica à defesa da dignidade humana perante os tribunais europeus, em especial, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH).

Foi entrevistado por ocasião do seu último livro publicado em Espanha sob o título “[Mi deseo es la ley](#)” (Encuentro). Nele defende que a Declaração dos Direitos do Homem de 1948 perdeu o seu sentido original a favor de uma ideologia que entende a dignidade humana como resultado de uma “desencarnação”, contrária à natureza.

— *Em que consiste a “desencarnação” a que se refere e como afeta a conceção dos direitos humanos?*

— A oposição entre o corpo e a mente esteve sempre no coração da história. Penso que uma das dificuldades da existência é conseguir a harmonia entre estas duas dimensões da natureza humana. Para alguns, herdeiros de Platão e dos gnósticos, o homem é humano — e, portanto, digno — somente pela sua inteligência, enquanto que para outros, herdeiros de Aristóteles e dos cristãos, o homem é simultaneamente corpo e alma, é “uma alma encarnada”, foi criado assim. Os primeiros tendem a desprezar o corpo, enquanto que os segundos o respeitam, como “templo do espírito”.

O domínio do espírito sobre o corpo, lei fundamental dos gnósticos, foi desenvolvido pelo evolucionismo darwiniano, até desembocar na ideia de que o homem é um espírito que surge da matéria. O valor da humanidade residiria neste esforço de espiritualização, de “emancipação” do espírito sobre a matéria. O princípio de autonomia, e mais precisamente o novo direito a “dispor do próprio corpo”, converteu-se em algo fundamental na cultura contemporânea, porque expressa o domínio da mente sobre o corpo. O homem é humano pela sua vontade; e, portanto, quanto mais uma pessoa dominar o seu corpo, mais se eleva em humanidade.

— *Que posição adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 perante esta forma de entender o homem?*

— Para redigir uma Declaração Universal de Direitos Humanos, como foi feito em 1948, é necessário chegar a acordo sobre o que é digno de proteção no homem e, portanto, sobre o que é o homem. Não há direitos humanos, mas uma antropologia subjacente. Todavia, consoante se considere o homem de acordo com a tradição gnóstica ou com a cristã, é adotada uma visão diferente dos seus direitos. Em 1948, a Declaração Universal não fez uma escolha explícita a favor de nenhuma das duas antropologias; à medida que a sociedade se tornou atea, a antropologia gnóstica foi-se impondo gradualmente em detrimento da outra.

— *No seu livro afirma que os direitos humanos, tal como são entendidos atualmente, são agentes de “dissolução” das solida-*

riedades naturais, e da família em primeiro lugar. Em que sentido?

— Os direitos humanos assim entendidos deveriam chamar-se “os direitos do indivíduo contra todos”, porque funcionam segundo o princípio liberal e individualista da primazia do bem particular sobre o bem comum. O seu propósito é defender por princípio a liberdade individual indeterminada contra os obstáculos sociais. Estes obstáculos são qualquer coisa que limite a capacidade dos indivíduos para atuar a partir do exterior: não só os regulamentos públicos e a sua aplicação pelas autoridades, como também as normas religiosas, sociais e culturais. A família, com as normas sociais que a definem, é considerada o primeiro impedimento da liberdade individual porque educa e, portanto, condiciona a pessoa.

Do ponto de vista do juiz de direitos humanos, os bens comuns como a cultura, a saúde e a segurança são analisados de maneira negativa, como um limite ilegítimo à liberdade individual. Por isso, atualmente os direitos humanos minam os bens comuns e não são capazes de protegê-los como bens em si mesmos.

— *Centremo-nos em debates concretos. Em que medida se pode considerar que o direito ao suicídio assistido, ao aborto, à eutanásia ou ao reconhecimento da transexualidade são resultado deste processo de “desencarnação”?*

— A transexualidade e o suicídio são a expressão do domínio absoluto da vontade sobre o corpo, do novo direito a dispor do próprio corpo. Até há pouco tempo, o respeito da dignidade humana proibia estas práticas em nome do princípio, oposto, da indisponibilidade do corpo. Hoje, no Ocidente, a dignidade consiste em dominar, ou até, escravizar o corpo. O TEDH chegou mesmo a defender, inclusivamente, que as práticas sado-masoquistas extremamente violentas eram garantidas pela proteção da privacidade e da autonomia individual.

Quanto ao aborto e à eutanásia, de acordo com a antropologia “desencarnada”, um feto não seria ainda humano, tal como um deficiente mental ou uma pessoa em coma já não seria digna, pois o homem é humano e digno pela razão e em proporção à posse da faculdade espiritual (inteligência e vontade). Um corpo desprovido de espírito seria somente uma coisa: matéria orgânica organizada.

— *As barrigas de aluguer e a prostituição são temas polémicos na esquerda, porque neles se percebe o conflito entre a reivindicação de uma autonomia total sobre o próprio corpo e a denúncia das práticas objetivamente alienantes. Que lado pensa que acabará por prevalecer?*

— Os herdeiros da esquerda dividem-se entre os herdeiros do progressismo e os do marxismo. Os marxistas condenam a exploração do homem pelo homem levada a cabo na prostituição ou nas barrigas de aluguer, enquanto que os progressistas as apoiam em nome da liberdade de dispor do próprio corpo.

A vantagem dos defensores da “dignidade encarnada” (neste caso, a interpretação marxista), em comparação com os gnósticos, é a sua capacidade para compreender o sofrimento causado pelo mau uso do corpo. A prostituição e as barrigas de aluguer causam sofrimento, porque estas práticas provocam uma rutura entre a mente e o corpo. Este sofrimento é uma prova da unidade da natureza humana na sua dupla componente física e psíquica. A natureza humana resiste à sua desnaturalização.

— *Refere que a ideologia da desencarnação está a atravessar a sua “adolescência” nesta etapa individualista, e alcançará a “maturidade” com o trans humanismo. Que quer dizer?*

— Na adolescência, as pessoas desafiam a ordem estabelecida. Este é o caso dos novos direitos antinaturais, ou seja, aqueles que desafiam a natureza, mas não a modificam: por exemplo, os “direitos” à eutanásia ou ao aborto. Na idade adulta, as pessoas começam a mudar a ordem das coisas; este é o caso dos direitos trans naturais, como o direito a mudar de sexo, que pretende mudar a natureza, para transcendê-la. A característica do progressismo é que não tem fim, e deve sempre superar-se a si próprio para existir. Não há um “estado final”.

F. R.-B.

“Estratégias de poder”

Autor: Fidel Sendagorta
Deusto. Barcelona (2020)
176 págs.

Uma vista de olhos sobre o cenário internacional permite constatar uma competição pela hegemonia global, protagonizada pelos dois grandes jogadores do tabuleiro mundial: China e Estados Unidos. Uma boa abordagem de como se está a desenvolver e o que está em jogo pode encontrar-se neste livro de Fidel Sendagorta. A profundidade e clareza com que aborda um tema tão complexo, pelos múltiplos planos e variáveis a ter em conta, decorre da sua vasta experiência como diplomata e especialista em política externa.

Segundo o autor, estamos perante uma nova era que vai ganhando forma com o pano de fundo da rivalidade entre as três economias mais importantes do mundo. Embora o tema tenha sido tratado por outros destacados autores, como [Peter Frankopan](#) (“Aceprensa”, 9.6.2020), Sendagorta centra-se nas consequências da disputa entre a China e os Estados Unidos

para a Europa, que se fazem sentir especialmente no terreno tecnológico. Neste sentido, alerta sobre o nível de influência e as possíveis consequências que, do ponto de vista político, podem ter os investimentos da China em setores estratégicos como este. Um dos temas mais relevantes é a pressão que estas duas potências exercem no âmbito das telecomunicações, como revela o desenvolvimento das redes de quinta geração (5G).

No livro, expõem-se estratégias e ações concretas que a China e os Estados Unidos desenvolvem em diferentes campos e regiões, sem perder em nenhum momento a visão de conjunto. Na sua opinião, existe um primeiro triângulo caracterizado pela aspiração da China a exercer uma liderança mundial, pelas tentativas dos Estados Unidos para o evitar e pela situação em que se encontra a Europa entre a crescente influência da China e a deterioração da relação de Washington com os seus tradicionais aliados, que talvez se altere agora com a presidência de Biden. Mas também convida a ter em conta um segundo e importante triângulo, formado pelos desafios levantados pela tecnologia digital, pela segurança e pelos valores que defende muito especialmente a Europa.

O autor, consciente do que está em jogo, apela à Europa, encorajando-a a que dê um passo em frente e mostre o seu desejo de adotar uma função mais ativa, especialmente no âmbito tecnológico, no legislativo e ainda na defesa do seu modo de vida.

L. B. M.



“Menos tech y más Platón”

“The Fuzzie and the Techie”

Autor: Scott Hartley
LID Editorial. Madrid (2020)
272 págs.

Os rápidos e profundos avanços tecnológicos, cuja influência e consequências se fazem sentir sobre as pessoas e o seu modo de vida, levam à necessidade de contar com vozes que ajudem a ter uma visão e que convidem a refletir. É o caso deste interessante livro. O seu autor, Scott Hartley, atualmente investidor de risco em Silicon Valley, tendo trabalhado em empresas como Google e Facebook e com formação nas universidades de Stanford e Colúmbia, partilha o seu caminho e experiência com a intenção de superar a falsa dicotomia entre ciências e letras, ou entre as famosas STEM (science, technology, engineering, and mathematics, isto é, ciência, tecnologia, engenharia e matemática) e as artes liberais.

O autor, um *fuzzy* (estudante de humanidades ou ciências sociais) cujo percurso profissional se desenvolveu num mundo de *techies* (estudantes de engenharia ou ciências computacionais), advoga a imprescindível colaboração entre ambos os perfis, e demonstra-o valendo-se, em diferentes âmbitos, de exemplos e situações em que a complementaridade de visões e contributos levou à resolução de problemas complexos ou ao lançamento de produtos e serviços de sucesso.

Dar resposta aos problemas e desafios que enfrenta a humanidade exige tanto as contribuições vindas da tecnologia, como ter em conta critérios sobre o seu sentido e propósito. Em resumo, à medida que vão acontecendo avanços tecnológicos e aparecem novas ferramentas derivadas deles, convém dar importância e valor ao que podem trazer as humanidades. Para Hartley, tão necessário é o imediato e oportuno, como o intemporal.

Este livro poderia ser uma boa referência para legisladores e orientadores no âmbito educativo, pois os casos reais e os resultados que se avançam, são mais do que suficientes para questionar a separação, e não poucas vezes diferente consideração, de ambos os campos de estudo. Não faz sentido considerar as pessoas “das ciências” e as “das humanidades” como perfis opostos. Será a combinação de ambos e o contributo das suas disciplinas, que permitirá dar respostas integrais a um mundo submetido a grandes e profundas mudanças.

L. B. M.

SCOTT HARTLEY



MENOS
TECH
Y MÁS
PLATÓN

Finalista
del premio
MEJOR LIBRO
DE NOVELAS
de los años 2014
del Premio de la
Asociación de
Críticos

POR QUÉ LA TECNOLOGÍA
NECESITA A LAS HUMANIDADES

